

PROFISSIONAL JÚNIOR - FORMAÇÃO DIREITO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

- a) este caderno, com os enunciados das 70 (setenta) questões das Provas Objetivas e das 2 (duas) questões da Prova Discursiva, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

PROVAS OBJETIVAS							
Conhecimentos Básicos						Conhecimentos Específicos	
Língua Portuguesa II		Língua Inglesa II		Informática III		Questões	Pontuação
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação		
1 a 10	1,0 cada	11 a 20	1,0 cada	21 a 25	1,0 cada	26 a 70	1,0 cada

PROVA DISCURSIVA	
Questões	Pontuação
1 e 2	10,0 cada

- b) um **Caderno de Respostas** para o desenvolvimento da Prova Discursiva, grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique o fato **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, a caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A **LEITORA ÓTICA** é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas e as discursivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Processo Seletivo Público o candidato que:

- a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
- b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva**;
- c) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva**, quando terminar o tempo estabelecido.
- d) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva**, a qualquer momento.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA** grampeado ao **Caderno de Respostas da Prova Discursiva** e **ASSINE** a **LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTA PROVA DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS É DE 5 (CINCO) HORAS**, incluído o tempo para a marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

LÍNGUA PORTUGUESA II

Um circo e um antipalhaço

Em 1954, numa cidadezinha universitária dos Estados Unidos, vi “o maior circo do mundo”, que continua a ser o sucessor do velho Barnum & Bailey, velho conhecido dos meus primeiros dias de estudante nos Estados Unidos. Vi então, com olhos de adolescente ainda um tanto menino, maravilhas que só para os meninos têm plenitude de encanto. Em 1954, vendo “o maior circo do mundo”, confesso que, diante de certas façanhas de acrobatas e domadores, senti-me outra vez menino.

O monstro – porque é um circo-monstro, que viaja em três vastos trens – chegou de manhã a Charlottesville e partiu à noite. Ao som das últimas palmas dos espectadores juntou-se o ruído metálico do desmonte da tenda capaz de abrigar milhares de pessoas, acomodadas em cadeiras em forma de x, quase iguais às dos teatros e que, como por mágica, foram se fechando e formando grupos exatos, tantas cadeiras em cada grupo logo transportadas para outros vagões de um dos trens. E com as cadeiras, foram sendo transportadas para outros vagões jaulas com tigres; e também girafas e elefantes que ainda há pouco pareciam enraizados ao solo como se estivessem num jardim zoológico. A verdade é que quem demorasse uns minutos mais a sair veria esta mágica também de circo: a do próprio circo gigante desaparecer sob seus olhos, sob a forma de pacotes prontos a seguirem de trem para a próxima cidade.

O gênio de organização dos anglo-americanos é qualquer coisa de assombrar um latino. Arma e desarma um circo gigante como se armasse ou desarmasse um brinquedo de criança. E o que o faz com os circos, faz com os edifícios, as pontes, as usinas, as fábricas: uma vez planejadas, erguem-se em pouco tempo do solo e tomam como por mágica relevos monumentais.

Talvez a maior originalidade do circo esteja no seu palhaço principal. Circo norte-americano? Pensa-se logo num palhaço para fazer rir meninos de dez anos e meninões de quarenta com suas piruetas e suas infantilidades.

O desse circo – hoje o mais célebre dos palhaços de circo – é uma espécie de antipalhaço. Não ri nem sequer sorri. Não faz uma pirueta. Não dá um salto. Não escorrega uma única vez. Não cai esparramado

no chão como os *clowns* convencionais. Não tem um ás de copas nos fundos de suas vestes de palhaço.

O que faz quase do princípio ao fim das funções do circo é olhar para a multidão com uns olhos, uma expressão, uns modos tão tristes que ninguém lhe esquece a tristeza do *clown* diferente de todos os outros *clowns*. Trata-se na verdade de uma audaciosa recriação da figura de palhaço de circo. E o curioso é que, impressionando os adultos, impressiona também os meninos que talvez continuem os melhores juízes de circos de cavalinhos.

Audaciosa e triunfante essa recriação. Pois não há quem saia do supercirco, juntando às suas impressões das maravilhas de acrobacia, de trabalhos de domadores de feras, de equilibristas, de bailarinas, de cantores, de cômicos, a impressão inesperada da tristeza desse antipalhaço que quase se limita a olhar para a multidão com os olhos mais magoados deste mundo.

FREYRE, Gilberto. In: **Pessoas, Coisas & Animais**. São Paulo: Círculo do Livro. Edição Especial para MPM Propaganda, 1979. p. 221-222. (Publicado originalmente em **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, seção Pessoas, coisas e animais, em 8 jul. 1956). Adaptado.

1

A palavra **monstro** (ℓ. 11) aplicada a circo deve-se ao fato de este

- (A) possibilitar um deslocamento rápido.
- (B) provocar som alto devido ao desmonte das tendas.
- (C) ser capaz de preencher três vagões.
- (D) proporcionar o transporte das cadeiras misturadas aos animais.
- (E) ter possibilidade de se mudar até mesmo nos grandes frios do inverno.

2

Os trechos de “Em 1954 [...] encanto” (ℓ. 1-7) e “O gênio de organização [...] monumentais.” (ℓ. 29-36) caracterizam-se, quanto ao tipo de texto predominante, por serem, respectivamente

- (A) descrição e narração
- (B) narração e argumentação
- (C) narração e descrição
- (D) argumentação e descrição
- (E) argumentação e narração

3

Pela leitura do segundo parágrafo, pode-se perceber que o material com que é basicamente feita a estrutura da tenda é

- (A) metal
- (B) madeira
- (C) plástico
- (D) granito
- (E) tijolo

4

Analise as afirmações abaixo sobre o desmonte do circo após o espetáculo.

- I – O circo era mágico pois desaparecia literalmente num piscar de olhos.
- II – O desmonte do circo era tão organizado que parecia um truque de mágica.
- III – Apenas alguns minutos eram necessários para desmontar todo o circo.

É correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) I e III
- (E) II e III

5

A partir do conhecimento do que é um palhaço, infere-se que um antipalhaço age da seguinte maneira:

- (A) ri e faz rir.
- (B) gira e rodopia.
- (C) escorrega e cai.
- (D) expressa tristeza.
- (E) veste-se de palhaço.

6

Considere o emprego da palavra **com** e o sentido assumido por ela na sentença abaixo.

“Pensa-se logo num palhaço para fazer rir meninos de dez anos e meninões de quarenta com suas piruetas e suas infantilidades.” (ℓ. 38-41)

A palavra está usada com o mesmo sentido em:

- (A) Concordo com o autor que o circo encanta a todos.
- (B) A criança foi ao circo com a professora e os colegas.
- (C) A programação do circo varia de acordo com a cidade.
- (D) O trapezista entretém o público com seus difíceis saltos.
- (E) A bailarina com cabelos dourados se apresenta sobre um cavalo.

7

As seguintes orações “Não ri nem sequer sorri.” (ℓ. 43-44) e “Não faz uma pirueta.” (ℓ. 44) podem ser reescritas em um único período, sem alteração de sentido em:

- (A) Não ri nem sequer sorri, mas não faz uma pirueta.
- (B) Embora não ria nem sequer sorria, não faz uma pirueta.
- (C) Não ri nem sequer sorri, e não faz uma pirueta.
- (D) Caso não ria nem sequer sorria, não faz uma pirueta.
- (E) Não ri nem sequer sorri, porém não faz uma pirueta.

8

Aos trechos abaixo, retirados do texto, foram propostas alterações na colocação do pronome.

Tal alteração está de acordo com a norma-padrão em:

- (A) “foram se fechando” (ℓ. 18) – foram fechando-se
- (B) “Pensa-se logo num palhaço” (ℓ. 38-39) – Se pensa logo num palhaço
- (C) “ninguém lhe esquece a tristeza” (ℓ. 50-51) – ninguém esquece-lhe a tristeza
- (D) “Trata-se na verdade” (ℓ. 52) – Se trata na verdade
- (E) “que quase se limita a olhar” (ℓ. 62-63) – que quase limita-se a olhar

9

O trecho “Pensa-se logo num palhaço” (ℓ. 38-39) pode ser reescrito, respeitando a transitividade do verbo e mantendo o sentido, assim:

- (A) O palhaço pode ser logo pensado.
- (B) Pensam logo num palhaço.
- (C) Pode-se pensar num palhaço.
- (D) Pensam-se logo num palhaço.
- (E) O palhaço é logo pensado.

10

A expressão em que a retirada do sinal indicativo de crase altera o sentido da sentença é

- (A) Chegou à noite.
- (B) Devolveu o livro à Maria.
- (C) Dei o presente à sua irmã.
- (D) O menino foi até à porta do circo.
- (E) O circo voltou à minha cidade.

RASCUNHO



LÍNGUA INGLESA II

Skillset vs. Mindset: Which Will Get You the Job?

By Heather Huhman

There's a debate going on among career experts about which is more important: skillset or mindset. While skills are certainly desirable for many positions, does having the right ones guarantee you'll get the job?

What if you have the mindset to get the work accomplished, but currently lack certain skills requested by the employer? Jennifer Fremont-Smith, CEO of Smarterer, and Paul G. Stoltz, PhD, co-author of *Put Your Mindset to Work: The One Asset You Really Need to Win* and *Keep the Job You Love*, recently sat down with *U.S. News* to sound off on this issue.

Heather: What is more important to today's employers: skillset or mindset? Why?

Jennifer: For many jobs, skillset needs to come first. The employer absolutely must find people who have the hard skills to do whatever it is they are being hired to do. Programmers have to know how to program. Data analysts need to know how to crunch numbers in Excel. Marketers must know their marketing tools and software. Social media managers must know the tools of their trade like Twitter, Facebook, WordPress, and have writing and communication skills.

After the employers have identified candidates with these hard skills, they can shift their focus to their candidates' mindsets – attitude, integrity, work ethic, personality, etc.

Paul: Mindset utterly trumps skillset.

Heather: Do you have any data or statistics to back up your argument?

Jennifer: Despite record high unemployment, many jobs sit empty because employers can't find candidates with the right skills. In a recent survey cited in the *Wall Street Journal*, over 50 percent of companies reported difficulty finding applicants with the right skills. Companies are running lean and mean in this economy – they don't have the time to train for those key skills.

Paul: [Co-author James Reed and I] asked tens of thousands of top employers worldwide this question: If you were hiring someone today, which would you pick, A) the person with the perfect skills and qualifications, but lacking the desired mindset, or B) the person with the desired mindset, but lacking the rest? Ninety-eight percent pick A. Add to this that 97 percent said it is more likely that a person with the right mindset will develop the right skillset, rather than the other way around.

Heather: How do you define skillset?

Jennifer: At Smarterer, we define skillset as the

set of digital, social, and technical tools professionals use to be effective in the workforce. Professionals are rapidly accumulating these skills, and the tools themselves are proliferating and evolving – we're giving people a simple, smart way for people to validate their skillset and articulate it to the world.

Heather: How do you define mindset?

Paul: We define mindset as "the lens through which you see and navigate life." It undergirds and affects all that you think, see, believe, say, and do.

Heather: How can job seekers show they have the skillset employers are seeking throughout the entire hiring process?

Jennifer: At the beginning of the process, seekers can showcase the skills they have by incorporating them, such as their Smarterer scores, throughout their professional and personal brand materials. They should be articulating their skills in their resume, cover letter, LinkedIn profile, blog, website – everywhere they express their professional identity.

Heather: How can job seekers show they have the mindset employers are seeking throughout the entire hiring process?

Paul: One of the most head-spinning studies we did, which was conducted by an independent statistician showed that, out of 30,000 CVs/resumes, when you look at who gets the job and who does not:

A. The conventional wisdom fails (at best). None of the classic, accepted advice, like using action verbs or including hobbies/interests actually made any difference.

B. The only factor that made the difference was that those who had one of the 72 mindset qualities from our master model, articulated in their CV/resume, in a specific way, were three times as likely to get the job. Furthermore, those who had two or more of these statements, were seven times more likely to get the job, often over other more qualified candidates.

Available at: <<http://money.usnews.com/money/blogs/outside-voices-careers/2011/08/26/skillset-vs-mindset-which-will-get-you-the-job>>. Retrieved on: 17 Sept. 2011. Adapted.

11

The main purpose of the text is to

- explain the reasons why unemployment is so high in the current global economic crisis.
- discuss the qualities that employers have been looking for in prospective job candidates.
- list the most important personality traits employers have been looking for in prospective employees.
- convince job seekers that having the appropriate technical skills for a given function is all they need to get a job.
- justify that the actual difficult economic situation prevents job applicants from developing the necessary technical skills for the job market.

12

Jennifer Fremont-Smith and Paul G. Stoltz are both interviewed in this article because they

- (A) have written books on how to conquer a dream job.
- (B) are chief executives from renowned American companies.
- (C) have identical points of view and experiences about the necessary qualifications in an employee.
- (D) show different perspectives concerning what employers value in a job candidate.
- (E) agree that all employers value the same set of technical skills in all employees.

13

According to Jennifer Fremont-Smith,

- (A) today's employers intend to invest large sums of money training new employees.
- (B) most employees nowadays are indifferent to the use of digital, social and technical tools in the workplace.
- (C) candidates should be able to display and present their skills in different formats that will be seen by prospective employers.
- (D) many employers consider it unnecessary to learn about the job seekers' attitudes, integrity and personality.
- (E) no company nowadays can find employees with the hard skills required by the job market.

14

According to the fragment in lines 30–39, it is true that

- (A) workers are not willing to spend time in in-company training programs.
- (B) unemployment rates are high because workers are looking for higher salaries.
- (C) many jobs are not taken because employers are becoming excessively critical.
- (D) companies are not interested in hiring more workers because of the hard economic times.
- (E) more than 50% of companies have not found candidates with the profile they are looking for.

15

The pronoun **they** in "they don't have time to train for those key skills." (lines 38-39) refers to

- (A) "employers" (line 33)
- (B) "candidates" (line 34)
- (C) "companies" (line 36)
- (D) "applicants" (line 36)
- (E) "thousands" (line 41)

16

Based on the meanings in the text, the two items are synonymous in

- (A) "accomplished" (line 7) – started
- (B) "currently" (line 7) – actually
- (C) "hired" (line 19) – rejected
- (D) "key" (line 39) – main
- (E) "proliferating" (line 55) – decreasing

17

The sentence in which the **boldfaced** item expresses an advice is

- (A) "The employer absolutely **must** find people" (line 17)
- (B) "Programmers **have to** know how to program." (line 19)
- (C) "Data analysts **need to** know how to crunch numbers" (line 20)
- (D) "they **can** shift their focus to their candidates' mindsets" (lines 26-27)
- (E) "They **should** be articulating their skills" (lines 68-69)

18

The study mentioned by Paul Stoltz (lines 75-89) shows that, to get a job, candidates must

- (A) mention in their CVs or resumes at least one mindset quality from a pre-selected group identified in Stoltz's model.
- (B) show they are qualified applicants for the function by making a list of their seven best mindset qualities.
- (C) list their 72 most relevant aptitudes and capabilities, in accordance with Stoltz's master model.
- (D) send their resumes three times to the same employer before being accepted.
- (E) use action verbs and report on hobbies and interests in their resumes.

19

In "**Furthermore**, those who had two or more of these statements were seven times more likely to get the job" (lines 87-89), **Furthermore** can be substituted, without change in meaning, by

- (A) Instead
- (B) However
- (C) Besides
- (D) Therefore
- (E) On the other hand

20

According to Jennifer Fremont-Smith and Paul G. Stoltz, mindset includes all of the following **EXCEPT**

- (A) professional qualifications learned in a training program.
- (B) the perspective in which the employee sees his life and what he does.
- (C) the attitude, personality and ways of thinking that may affect one's life.
- (D) an ethical and moral posture which is the support for one's actions and thoughts.
- (E) one's mental attitude towards life which affects how one sees and expresses ideas.

INFORMÁTICA III

Considere a suíte Microsoft Office 2003 para responder às questões de nºs 21 a 25.

21

O texto a seguir foi marcado e copiado de um site na internet e, em seguida, colado em um documento do aplicativo Word.

Os sistemas numéricos binário, decimal, octal e hexadecimal possuem sua própria faixa de valores possíveis, e, cada um, uma aplicação específica dentro da Ciência da Computação.

Considere que as palavras sublinhadas nesse texto estão na coloração azul.

Nesse caso, essas palavras indicam a existência de um(a)

- (A) diagrama
- (B) hiperlink
- (C) erro ortográfico
- (D) erro de concordância
- (E) borda com sombreamento

22


No aplicativo Excel, encontra-se, por padrão, no menu Inserir, o comando

- (A) Novo...
- (B) Permissão
- (C) Tabela...
- (D) Quebra de página
- (E) Texto para colunas...

23

Observe a figura da Barra de Ferramentas do aplicativo Word a seguir.



O botão de comando , que está indicado na figura pela seta, refere-se a

- (A) alinhamento de texto
- (B) estrutura do documento
- (C) inserção de tabela
- (D) pesquisa de palavras
- (E) ortografia e gramática

24

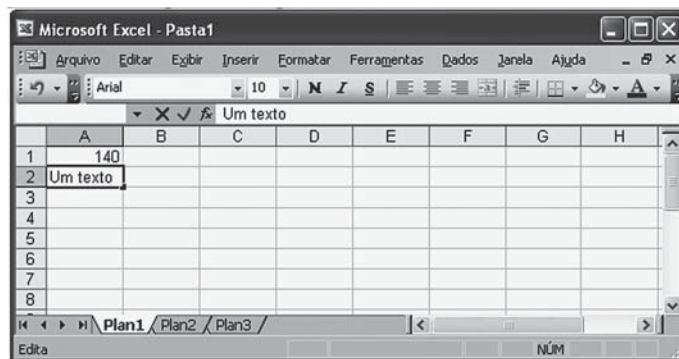
O aplicativo Word possui uma barra de menus que contém, em cada menu, comandos padronizados na instalação da suíte Office.

O comando Marcadores e numeração... encontra-se, por padrão, no menu

- (A) Editar
- (B) Exibir
- (C) Formatar
- (D) Inserir
- (E) Tabela

25

Observe a figura do aplicativo Excel sendo executado a seguir.



Nesse momento, se a tecla F7 for pressionada, o Excel

- (A) efetuará uma verificação ortográfica no conteúdo da célula A2.
- (B) formatará para caixa alta o conteúdo da célula A2 .
- (C) modificará o formato da planilha para inserir um texto.
- (D) retornará o cursor para a célula A1.
- (E) salvará a planilha em uma mídia selecionada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26

Associe as espécies de leis orçamentárias ao seu conteúdo.

- | | |
|--------------------------------------|--|
| I - Plano plurianual | P - É o conjunto normativo que fixa metas e prioridades da Administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e orienta para a elaboração da lei orçamentária anual. |
| II - Lei de diretrizes orçamentárias | Q - É o conjunto normativo que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração pública federal, de forma regionalizada, bem como estabelece as despesas de capital para os programas que ultrapassem um exercício financeiro. |
| III - Lei orçamentária anual | R - É o conjunto normativo de disposições sobre previsão de receitas (de forma estimativa) e fixação de despesas, e que estabelece, dentre outros, o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. |
| | S - Estabelece normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos. |

As associações corretas são:

- (A) I - Q , II - P , III - R
(B) I - Q , II - R , III - P
(C) I - Q , II - S , III - R
(D) I - R , II - S , III - Q
(E) I - S , II - R , III - Q

27

Sobre o cabimento de mandado de segurança, analise as situações a seguir.

- I - Contra ato de gestão comercial praticado por administrador de sociedade de economia mista.
II - Contra lei de efeitos concretos.
III - Em caso de omissão do poder público.

O mandado de segurança é cabível nas situações expressas em

- (A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

28

O presidente de uma empresa pública federal consultou o setor jurídico sobre a possibilidade de ajuizar DPF junto ao STF sob a alegação de que uma lei municipal, em vigor desde 1998, viola os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

O setor jurídico informou que esse ajuizamento não seria possível porque

- (A) empresa pública federal não pode ajuizar ADPF.
(B) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa não se enquadram no conceito de preceito fundamental.
(C) tal lei municipal é posterior à Constituição de 1988.
(D) leis municipais não podem ser objeto de ADPF.
(E) a ADPF é subsidiária em relação à ADI, que seria a ação cabível.

29

O STJ homologou uma sentença estrangeira e, em seguida, encaminhou a sentença ao juízo competente para executá-la. O juiz, no entanto, discordando da homologação feita pelo STJ, executou a sentença apenas em parte.

Nesse caso, a medida judicial cabível pela parte interessada no cumprimento integral da sentença é

- (A) reclamação ao STF
(B) reclamação ao STJ
(C) reclamação ao CNJ
(D) recurso ao TRF da respectiva Região
(E) recurso ao TJ do respectivo Estado

30

Uma arbitragem, conduzida na Argentina segundo as regras da Câmara de Comércio Internacional (CCI), condenou uma empresa com sede no Brasil ao pagamento de uma indenização à sua ex-sócia argentina.

Para ser executável no Brasil, esse laudo arbitral

- (A) precisa ser homologado pela CCI e, depois, pelo STJ.
(B) precisa ser homologado pelo STJ, por ser laudo arbitral estrangeiro.
(C) dispensa homologação pelo STJ, nos termos da Convenção de Nova York.
(D) dispensa qualquer homologação se for um laudo arbitral proferido pela CCI.
(E) prescinde de homologação, por ser laudo arbitral de país do Mercosul.

31

Os Termos Comerciais Internacionais (Incoterms), na sua versão 2010,

- (A) aplicam-se exclusivamente nas importações.
(B) decorrem de tratado-contrato já ratificado pelo Brasil.
(C) dependem de ratificação para vigorar no Brasil.
(D) são direito uniforme, por iniciativa do UNIDROIT.
(E) são exemplo de *Lex Mercatoria*.

32

Um contrato de financiamento assinado em Nova York entre uma empresa brasileira e um banco estrangeiro possui cláusula de lei aplicável indicando as leis do Estado de Nova York e o foro de Nova York. A garantia principal das obrigações assumidas é um conjunto de hipotecas sobre navios de bandeira brasileira, de propriedade da empresa brasileira.

A escolha de um direito estrangeiro para reger o contrato

- (A) é válida nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei nº 4.657/42, mas não se aplica à garantia.
- (B) é inválida no Brasil, nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei nº 4.657/42.
- (C) é inválida no Brasil porque o contrato não possui cláusula arbitral.
- (D) aplica-se também à garantia, pois o acessório segue o principal.
- (E) atenta contra a ordem pública brasileira.

33

A respeito do regime jurídico aplicável aos contratos de concessão de serviços públicos, associe as modalidades de extinção da concessão às suas hipóteses de cabimento.

- | | |
|------------------|--|
| I - Encampação | P - Extinção judicial do contrato de concessão por vício de legalidade. |
| II - Rescisão | Q - Extinção do contrato de concessão em decorrência da inexecução total ou parcial das obrigações pelo concessionário. |
| III - Caducidade | R - Extinção do contrato de concessão por iniciativa do concessionário, em caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para essa finalidade. |
| | S - Extinção da concessão mediante a retomada do serviço público pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público. |

As associações corretas são:

- (A) I - P , II - Q , III - R
- (B) I - Q , II - R , III - P
- (C) I - Q , II - S , III - R
- (D) I - R , II - S , III - Q
- (E) I - S , II - R , III - Q

34

O controle externo da gestão financeira da Administração Pública Federal é exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

A respeito das competências dos Tribunais de Contas, considere as assertivas a seguir.

- I - No exercício de suas atribuições, o Tribunal de Contas pode apreciar a constitucionalidade de leis e atos do Poder Público.
- II - As decisões dos Tribunais de Contas que imponham multa ou imputem débito ostentam eficácia de título executivo extrajudicial.
- III - Os Tribunais de Contas não exercem poder geral de cautela, uma vez que são cortes administrativas que não integram o Poder Judiciário.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

35

À semelhança da Lei nº 8.666/1993, o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras, aprovado pelo Decreto nº 2.745/1998, também distingue as hipóteses de contratação direta e contempla casos de licitação inexigível e de licitação dispensável.

A esse propósito, de acordo com o mencionado Regulamento, a licitação pode ser dispensada

- (A) quando as propostas de licitação anterior tiverem consignado preços manifestamente superiores aos praticados no mercado, ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos estatais incumbidos do controle oficial de preços.
- (B) quando tiver por objeto contratação integrada, compreendendo a realização de projeto básico e/ou detalhamento, realização de obras e serviços, montagem, execução de testes, pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
- (C) para a compra ou locação de imóvel destinado ao serviço da Petrobras, cujas características de instalação ou localização condicionem a sua escolha.
- (D) para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (E) para a contratação de serviços ou aquisição de bens, em situações atípicas de mercado em que, comprovadamente, a realização do procedimento licitatório não seja hábil a atender ao princípio da economicidade.

36

A autoridade administrativa competente anulou, em sede de recurso administrativo, decisão demissional adotada em processo administrativo disciplinar exclusivamente por ter sido proferida sem que fosse assegurada ao servidor indiciado defesa técnica por meio de advogado.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a decisão anulatória é juridicamente

- (A) correta, porque o princípio da ampla defesa aplicável aos processos administrativos pressupõe a defesa técnica.
- (B) correta, porque a autoridade administrativa tem o dever de anular atos administrativos eivados de ilegalidade, especialmente quando afetam a esfera jurídica de terceiros.
- (C) correta, porque a aplicação da pena de demissão depende de processo administrativo em que seja assegurada defesa técnica ao servidor.
- (D) incorreta, porque o vício de legalidade no processo administrativo disciplinar deve ser objeto de revogação, e não de anulação.
- (E) incorreta, porque a falta de defesa técnica em processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

37

Após regular Tomada de Preços, uma empresa celebrou contrato administrativo para a execução de obra pública com ente público federal. No curso da execução contratual, a empresa deixou de cumprir uma série de obrigações contratuais, o que gerou a instauração de processo administrativo para verificação de sua inadimplência. Observado o devido processo legal, a autoridade pública competente aplicou à empresa a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 1 (hum) ano. A empresa, inconformada, pretende recorrer contra a aplicação da sanção.

O prazo para interposição do recurso administrativo, a contar da intimação do ato, e o efeito em que deve ser recebido são, respectivamente,

- (A) 3 (três) dias úteis, e o recurso é dotado de efeito suspensivo.
- (B) 3 (três) dias corridos, e o recurso é dotado de efeito devolutivo, sendo vedada a atribuição de eficácia suspensiva.
- (C) 3 (três) dias corridos, e o recurso é dotado de efeito devolutivo, podendo ser-lhe atribuída eficácia suspensiva desde que necessária para a continuidade do serviço público.
- (D) 5 (cinco) dias úteis, e o recurso poderá ser recebido no efeito suspensivo, por decisão motivada da autoridade competente, presentes razões de interesse público.
- (E) 5 (cinco) dias úteis, e o recurso é dotado de efeito suspensivo.

38

Os bens públicos não podem ser desapropriados, nem tampouco adquiridos por usucapião.

PORQUE

O regime jurídico dos bens públicos caracteriza-se pela alienabilidade condicionada, imprescritibilidade e impenhorabilidade.

Analisando-se as afirmações acima, conclui-se que

- (A) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- (B) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.
- (C) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
- (D) a primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.
- (E) as duas afirmações são falsas.

39

Em execução trabalhista por carta precatória, ocorreu penhora, realizada por Oficial de Justiça. Essa penhora recaiu sobre bens móveis de propriedade do executado, tendo sido o mesmo intimado pelo Oficial de Justiça e tendo assumido, inclusive, o encargo de depositário, com a assinatura no respectivo auto de depósito.

O prazo para a oposição de embargos à execução inicia-se:

- (A) na data em que foi citado o executado ao pagamento do crédito exequendo.
- (B) na data da juntada do mandado de citação, penhora e avaliação aos autos da carta precatória.
- (C) na data em que foi lavrado o auto de penhora pelo Oficial de Justiça, sem a ciência deste ato de apreensão ao executado.
- (D) no dia da juntada da carta precatória aos autos da execução.
- (E) no momento em que o executado tomou ciência da formalização da penhora pelo Oficial de Justiça.

40

No que tange ao procedimento sumaríssimo no processo do trabalho,

- (A) a lei não impede, no procedimento sumaríssimo, a citação por edital.
- (B) as demandas em que figurem como parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional estão excluídas do procedimento sumaríssimo.
- (C) o autor poderá formular pedido ilíquido nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo.
- (D) o relatório é indispensável nas sentenças sujeitas ao procedimento.
- (E) os dissídios individuais cujo valor exceda a 40 vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

41

No que toca à exceção de pré-executividade, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) se trata de instituto que é admitido no processo do trabalho e consiste na possibilidade de o executado opôr-se à execução, alegando determinadas matérias especiais e extraordinárias, sem que, para isso, necessite efetuar a garantia do juízo.
- (B) o ato jurisdicional que rejeitar a exceção de pré-executividade poderá ser impugnado, de plano, pelo devedor, por meio de agravo de petição.
- (C) nulidade da execução e ilegitimidade passiva do executado podem ser suscitadas por meio de exceção de pré-executividade.
- (D) rejeitada a exceção de pré-executividade, deverá o executado proceder à garantia do juízo para poder oferecer embargos à execução.
- (E) contra a sentença que acolher a exceção de pré-executividade poderá o credor interpor agravo de petição.

42

Em relação ao tema da alteração das condições do contrato de trabalho, é lícito afirmar que

- (A) a transferência do empregado do turno noturno para o diurno é válida, ainda que reduzida a remuneração pela perda do direito ao adicional noturno.
- (B) a reversão do empregado ao cargo efetivamente ocupado, deixando o exercício de função de confiança, só é possível se demonstrada a real necessidade de serviço.
- (C) a reversão do empregado ao cargo efetivamente ocupado é viável, mas implicará pagamento suplementar nunca inferior a 25% do salário do empregado.
- (D) o valor das horas extras prestadas por mais de dois anos, se suprimidas, integra-se ao salário para todos os efeitos legais.
- (E) os empregados que exercem cargo de confiança podem ser transferidos, sem comprovação da necessidade de serviço, dada a especial fidúcia que reveste suas atribuições.

43

Constitui pressuposto para o deferimento da equiparação salarial a(o)

- (A) existência de quadro de carreira, homologado pelo Ministério do Trabalho, desde que contemple promoções por antiguidade e merecimento.
- (B) ocorrência de trabalho não intelectual, dada a total impossibilidade de aferição da perfeição técnica do trabalho de equiparando e modelo.
- (C) ocupação de cargos pelo equiparando e paradigmas que possuam idêntica nomenclatura.
- (D) tempo de serviço do paradigma na empresa não superior a dois anos em relação ao equiparando.
- (E) trabalho de igual valor de equiparando e modelo no que concerne à produtividade e perfeição técnica.

44

Constatado em sede judicial que um empregado de uma sociedade de economia mista labora desviado de sua função, a solução judicial mais provável, levando-se em conta a jurisprudência majoritária do Tribunal Superior do Trabalho, será

- (A) proceder ao enquadramento do empregado, pagando-se-lhe as diferenças salariais decorrentes, evitando-se o enriquecimento sem causa da empregadora.
- (B) determinar tão somente o pagamento das diferenças salariais, sem quaisquer reflexos e sem o enquadramento, face à exigência constitucional do concurso público.
- (C) determinar que se proceda ao correto enquadramento, oficiando-se à Presidência da Companhia para que pague, em sede administrativa, as diferenças correlatas.
- (D) condenar a ré ao pagamento somente das diferenças salariais, com os consequentes reflexos nas parcelas contratuais, tais como férias e 13^{os} salários, já que proceder ao enquadramento seria inviável, face à regra que exige o concurso.
- (E) extinguir o processo, sem apreciação do mérito, face à absoluta impossibilidade jurídica do pedido.

45

Quanto ao tópico dos contratos por prazo determinado, é lícito afirmar que

- (A) o contrato por prazo determinado, em caso de prorrogação tácita ou expressa por mais de uma vez, passará a vigorar sem determinação de prazo.
- (B) o contrato por prazo determinado não pode ser prorrogado em nenhuma hipótese, salvo o caso específico do pacto de experiência, tendo em vista que o ideal do Direito do Trabalho é a integração do trabalhador na vida da empresa.
- (C) o contrato por prazo determinado vigorará pelo período máximo de 20 meses, porém, se constatada a necessidade de prorrogação por excepcional necessidade de serviço, a prorrogação será possível mediante o ajuste via acordo coletivo.
- (D) o contrato por prazo determinado só é válido na hipótese de aferição da capacidade técnica (requisito objetivo) e urbanidade (requisito subjetivo) do empregado.
- (E) qualquer prorrogação de contrato por prazo determinado, por excepcional, deverá ocorrer mediante acordo ou convenção coletiva, dado que a Constituição de 1988 objetivou prestigiar ao máximo a atuação das entidades sindicais.

46

À exceção da OAB, a anuidade cobrada pelos Conselhos de Fiscalização Profissional, tais como CREA, CRC e CRM, aos profissionais submetidos à regulamentação e fiscalização de tais entidades, enquadra-se, à luz das espécies de tributo, como

- (A) imposto
- (B) taxa
- (C) contribuição corporativa
- (D) contribuição de melhoria
- (E) contribuição de intervenção no domínio econômico

47

A imunidade recíproca é extensiva às(aos)

- (A) autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- (B) empresas públicas e às sociedades de economia mista que atuem em regime concorrencial junto às empresas do setor privado.
- (C) livros, jornais, periódicos e ao papel destinado à sua impressão.
- (D) impostos, taxas e contribuições.
- (E) empreendimentos privados, em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.

48

Determinada empresa, submetida à fiscalização estadual, foi autuada mediante a lavratura do auto de infração, por falta de recolhimento do ICMS, no montante de R\$ 200.000,00, com acréscimo de multa de 75% incidente sobre o valor do respectivo imposto.

Nessa linha, a modalidade de lançamento empregada é

- (A) de ofício
- (B) por declaração
- (C) por impugnação
- (D) por homologação
- (E) por autolancamento

49

Exclui(em)-se do campo de incidência do ICMS

- (A) a entrada de mercadorias ou bens importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja sua finalidade.
- (B) a prestação de serviços de comunicação nas modalidades de radiofusão sonoras e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- (C) o fornecimento de mercadorias com prestações de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- (D) as prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.
- (E) as operações relativas à circulação de mercadorias.

50

É competência dos Estados e do Distrito Federal a instituição de impostos sobre a(s)

- (A) propriedade territorial rural
- (B) importação de produtos estrangeiros
- (C) transmissão *causa mortis* e a doação de quaisquer bens ou direitos
- (D) exportação de produtos nacionais ou nacionalizados
- (E) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários

51

À luz da Lei nº 6.404/1976, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a emissão de ações realizar-se-á por preço inferior ao seu valor nominal.
- (B) as ações escriturais não possuem certificado, sendo incorpóreas, pois não se materializam num documento.
- (C) as ações nominativas são aquelas que se transferem mediante registro específico escriturado pela Companhia e levado a efeito em Livro para Registro de Ações Nominativas.
- (D) os acionistas, detentores de ações ordinárias são titulares de direitos comuns, não possuindo direito especial ou vantagem em relação aos demais sócios.
- (E) os acionistas, detentores de ações preferenciais, poderão, de acordo com o estatuto social, ter vantagem consistente na prioridade relativa à distribuição, pela Companhia, do dividendo, fixo ou mínimo.

52

Em relação às sociedades limitadas, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) poderá ser prevista, no contrato social, a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- (B) admite-se o sócio de indústria, quando sua prestação ou a contribuição a que se obriga, na qualidade de sócio para constituição da sociedade, funda-se exclusivamente na prestação de serviços.
- (C) deverá ser escrito o contrato social, para fins de registro e arquivamento no órgão competente.
- (D) pode ter por objeto o exercício de atividade econômica não empresarial, caso em que ostentará a natureza de sociedade simples.
- (E) será dividido o capital social em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

53

No que se refere à Lei nº 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor.
- (B) a empresa pública e a sociedade de economia mista estão excluídas de sua aplicação.
- (C) as instituições financeiras públicas ou privadas e a sociedade seguradora estão excluídas de sua aplicação.
- (D) o plano de recuperação deverá ser apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência.
- (E) todos os créditos existentes na data do pedido, inclusive o decorrente de adiantamento a contrato de câmbio para exportação estão sujeitos à recuperação judicial.

54

Em se tratando de reorganização societária, a operação pela qual duas ou mais sociedades se unem para formar uma nova sociedade que a elas sucederá em todos os direitos e obrigações configura-se como hipótese de

- (A) cisão
- (B) fusão
- (C) incorporação
- (D) liquidação
- (E) transformação

55

Em determinado contrato de adesão, existe cláusula que dispõe que o aderente leu e entendeu todo o conteúdo da proposta.

Essa cláusula é

- (A) válida, uma vez que quer explicitar que o aderente conhece o conteúdo do contrato.
- (B) inócua, pois é pressuposto que o aderente, antes de firmar o contrato, o tenha lido.
- (C) eficaz, inclusive porque deixa transparente que o contrato foi esclarecido ao aderente.
- (D) abusiva, pois encerra a presunção de que o aderente leu e entendeu o contrato.
- (E) inválida, uma vez que o aderente não participou da elaboração do contrato.

56

Caio Tício, instalado em quiosque à beira da praia, no qual explora atividade econômica há mais de 5 anos, foi notificado para devolver a instalação. Caio se recusa e refere ter a posse do local há mais de 5 anos, sem nunca ter sido molestado. Restou provado nos autos que o quiosque foi construído pela prefeitura, que o cedeu ao réu. Entretanto, não há documento que comprove essa cessão.

Nesse caso, Caio

- (A) terá que devolver o quiosque, mas pode exercer o direito de retenção, até ser indenizado pelo fundo de comércio.
- (B) terá que devolver o quiosque, pois ocupa bem público, não tendo posse, mas detenção.
- (C) tem direito de permanecer no quiosque, visto que dá função social à sua posse.
- (D) tem direito de permanecer no quiosque, já que sua posse lhe permitirá, inclusive, requerer usucapião.
- (E) tem direito de permanecer no quiosque, com base no contrato de cessão, que não precisa ser escrito.

57

Nero Romano foi a uma concessionária de veículos para adquirir um carro de forma financiada. Ao preencher o cadastro, Nero avisou à empresa que havia uma pendência financeira em seu nome, mas que já fora resolvida. A concessionária lhe prometeu a entrega do carro 5 dias após a análise de seu cadastro, que seria feita por uma instituição financeira. Passados três dias, Nero recebeu um telefonema da concessionária, avisando-lhe que o cheque dado como sinal no carro estava à sua disposição, visto que não seria possível concretizar o negócio, pois a pendência financeira ainda constava anotada em nome de Nero, e o financiamento não fora autorizado pela instituição financeira.

Nesse caso, quanto à responsabilidade civil da concessionária,

- (A) há responsabilidade, por culpa *in contrahendo*.
- (B) há responsabilidade por falsa promessa de entrega do carro.
- (C) há responsabilidade de natureza pré-contratual.
- (D) não há responsabilidade, pois o contrato não se aperfeiçoou.
- (E) não há responsabilidade, pois o financiamento foi negado pela instituição financeira.

58

Analise as afirmações a seguir.

1ª afirmação:

Nos contratos de consumo, é possível rever as cláusulas por fato superveniente que as tornem excessivamente onerosas.

2ª afirmação:

Havendo onerosidade excessiva nos contratos de consumo, dispensa-se a prova do caráter imprevisível do fato superveniente.

Analizando-se as afirmações acima, conclui-se que

- (A) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda complementa a primeira.
- (B) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não complementa a primeira.
- (C) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
- (D) a primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.
- (E) as duas afirmações são falsas.

59

O posto de gasolina EXA Ltda. utiliza a bandeira da distribuidora de derivados de petróleo MEGGA, estando identificado visualmente com suas insígnias. Entretanto, venceu seu contrato de exclusividade com MEGGA, e o posto passou a comercializar produtos de outros fornecedores, mais baratos.

Nesse caso, a(o)

- (A) conduta do posto é ilícita, pois utiliza a marca MEGGA e vende produtos de outras marcas, ludibriando o consumidor.
- (B) obrigatoriedade de manter uma única marca de combustível não existe mais se o contrato de exclusividade estiver vencido.
- (C) posto pode vender produtos de outros fornecedores, sobretudo porque favorece o consumidor com preços menores.
- (D) posto pode vender produtos de outras marcas, se a distribuidora MEGGA praticar preços mais altos que o mercado.
- (E) posto pode comercializar produtos de outros fornecedores, desde que venda combustível da marca MEGGA.

60

Há princípios que correspondem:

- I - à liberdade com igualdade na esfera contratual
- II - à possibilidade de optar entre contratar ou não
- III - a um requisito de eficácia do contrato
- IV - a um pressuposto de validade do contrato

Dos princípios apresentados acima, correspondem especificamente à função social do contrato

- (A) I e III
- (B) I e IV
- (C) II e III
- (D) II e IV
- (E) III e IV

61

Mauro propõe ação de preceito cominatório em face de Ricardo, ocorrendo a regular citação do réu. Após a produção das provas necessárias ao deslinde da demanda, o magistrado responsável pelo processo julgou extinto o processo sem exame de mérito, com base no art. 267, VI, do CPC, por vislumbrar a incidência de ilegitimidade passiva *ad causam*. O autor apresentou o recurso de apelação, e, no julgamento, o Tribunal reformou a sentença, reconhecendo a procedência do pedido formulado pelo autor e condenando o réu em honorários de 10% do valor da causa e nas custas do processo.

Tal hipótese caracteriza a aplicação da teoria da causa

- (A) madura
- (B) precedente
- (C) antecedente
- (D) superveniente
- (E) pós-processual

62

Carlos promove em face de Felipe ação com pedido de reintegração de posse aduzindo diversas violações pelo réu que, consoante aduz na sua peça exordial, provará no curso do processo. Citado, o sujeito passivo apresenta a defesa cabível, ocorrendo a realização de audiência de instrução e julgamento. Sem a ciência das partes, o magistrado que preside o processo realiza inspeção pessoal no local da coisa e, com base nas suas impressões decorrentes da referida diligência, prola sentença.

A inspeção pessoal

- (A) pode ser delegada ao escrivão, que deve comparecer ao local acompanhado do integrante do Ministério Público.
- (B) poderá ocorrer sem a presença das partes em qualquer horário do dia, à discricção do Juiz que dirige o processo.
- (C) é ato processual integrante do rito onde ocorre, devendo obediência aos princípios do contraditório e ampla defesa.
- (D) torna-se vinculante para o Juiz, diante do requerimento das partes, mesmo que existam outras provas sobre os fatos.
- (E) integra o rol de atos que poderão ocorrer em sigilo, mesmo para as partes e seus advogados, durante o curso do processo.

63

Cássio propõe ação condenatória através de procedimento ordinário, buscando indenização em decorrência de ato ilícito praticado por Flávio. No curso do processo, o Juiz determina a realização de prova pericial, ocorrendo a nomeação de perito, apresentação de quesitos e designação de assistentes técnicos pelas partes. O laudo pericial é cumprido no prazo outorgado pelo Juiz. Insatisfeito com o resultado da perícia, o autor requer o depoimento do perito em audiência.

Sobre tal tema, o

- (A) depoimento do perito pode ser determinado pelo Juiz para resposta a quesitos novos não formulados no curso da perícia.
- (B) depoimento pessoal do perito pode ser requerido, mas não o do assistente técnico que atuou no processo auxiliando a parte.
- (C) requerimento da parte vincula o Juiz ao deferimento e à designação de audiência especial para oitiva do perito.
- (D) requerimento da parte deve vir acompanhado das perguntas na forma de quesitos.
- (E) perito comparecerá ao ato compulsoriamente, mesmo que intimado no dia da audiência designada para sua oitiva.

64

Em termos de ação rescisória, sob o prisma estritamente legal, o Ministério Público tem legitimidade para propor a referida ação em caso de

- (A) dolo
- (B) colusão
- (C) confissão
- (D) prevaricação
- (E) coisa julgada

65

O Banco Y S/A, sociedade de economia mista, propõe ação civil pública para proteger bens de valor artístico que estariam sendo depredados por um determinado município.

A legitimidade ativa para a ação civil pública é conferida a

- (A) associações e empresários individuais
- (B) autarquias e sociedades de economia mista
- (C) empresas privadas e fundações públicas
- (D) Ministério Público e pessoas físicas
- (E) sindicatos e populares

66

A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, foi, sem questionamento, um passo pioneiro na vida pública nacional, no que concerne à dinâmica da realidade ambiental. Esse caráter de vanguarda não se limitou à esfera do meio ambiente: teve significado também na história da Administração Pública brasileira.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 405.

No que se refere à Política Nacional do Meio Ambiente e seus instrumentos,

- (A) o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) é o órgão competente para expedir as licenças ambientais para as atividades consideradas de interesse nacional.
- (B) o licenciamento ambiental de gasoduto que cruze mais de um Estado poderá ser de competência do órgão ou entidade estadual, se comprovado que os impactos serão causados em apenas um dos estados.
- (C) a realização de Estudo Prévio de Impacto Ambiental, e seu respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, dispensa o empreendedor de solicitar a licença ambiental prévia.
- (D) a oitiva do município é dispensada no curso de licenciamento ambiental estadual, devendo, no entanto, ser considerada a legislação sobre uso e ocupação do solo na análise da licença solicitada.
- (E) a licença ambiental prévia (LP) aprova a localização e a concepção do empreendimento, bem como atesta sua viabilidade ambiental.

67

Considerando as normas em vigor no Direito brasileiro sobre responsabilidade ambiental, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente podem ser aplicadas às pessoas jurídicas.
- (B) a aplicação da sanção de multa administrativa ambiental pelo ente competente dispensa a recuperação dos danos ambientais causados pela conduta.
- (C) a ação penal é pública incondicionada, no caso de crimes ambientais.
- (D) o responsável indireto pela atividade causadora de degradação ambiental também é considerado poluidor.
- (E) o agente ter cometido a infração atingindo espécies ameaçadas, listadas em relatórios oficiais das autoridades competentes, é considerado agravante das penas previstas na Lei Federal nº 9.605/1998.

68

As normas jurídicas brasileiras sobre os instrumentos processuais e extraprocessuais voltados para a garantia da preservação do meio ambiente ecologicamente sustentável estabelecem que a(o)

- (A) ação civil pública ajuizada com o objetivo de obter a reparação integral de um dano ambiental envolve direitos não patrimoniais e, portanto, indisponíveis.
- (B) ação popular não pode ser ajuizada com objetivo de anular licença ambiental, ainda que a mesma seja ilegal.
- (C) não observância de regras relacionadas ao procedimento de realização de audiência pública, no âmbito do licenciamento ambiental, somente poderá ser alegada pelo requerente da licença em questão.
- (D) Estado não possui legitimidade para ajuizar ação demolitória para obter o desfazimento de determinada obra que não observe as normas ambientais localizadas em unidade de conservação municipal.
- (E) termo de ajustamento de conduta celebrado pelo Ministério Público poderá dispensar as obrigações necessárias para satisfação do direito relacionado à proteção do meio ambiente.

69

O ordenamento jurídico brasileiro traz importantes normas sobre a proteção de biodiversidade, dentre as quais se destacam a Lei Federal nº 4.771/1965, que dispõe sobre o Código Florestal, e a Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

De acordo com o regime jurídico de proteção da biodiversidade,

- (A) o uso direto dos recursos naturais é admitido nas áreas de preservação permanente, mediante a aprovação de um plano de manejo pelo órgão ambiental municipal competente.
- (B) o STJ considera o novo adquirente como responsável pela recuperação da vegetação situada em áreas de preservação permanente em sua propriedade, ainda que a tenha adquirido posteriormente à ocorrência do fato que deu causa a degradação.
- (C) a Área de Proteção Ambiental (APA), categoria de unidade de conservação de proteção integral, admite apenas a pesquisa científica, desde que devidamente autorizada pelo seu órgão gestor.
- (D) a área da reserva legal não precisa ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel no registro competente.
- (E) as unidades de conservação de proteção integral são de posse e domínio públicos, devendo as propriedades privadas localizadas em seu interior ser desapropriadas.

70

A Constituição Federal de 1988 apresenta os fundamentos do Direito Ambiental brasileiro em diversas normas sobre o assunto, inclusive dedicando um de seus capítulos à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A esse respeito, é **INCORRETO** afirmar que a(o)

- (A) localização das usinas que operem com reator nuclear deve ser definida em lei federal.
- (B) competência para legislar sobre recursos naturais é concorrente entre a União e os Estados.
- (C) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente não são consideradas para verificar o cumprimento da função social da propriedade rural.
- (D) defesa do meio ambiente consta como um dos princípios da ordem econômica, expressos no artigo 170 da Constituição Federal.
- (E) meio ambiente ecologicamente equilibrado é um bem de uso comum do povo.

RASCUNHO

RASCUNHO



QUESTÕES DISCURSIVAS

Questão nº 1

O Auto Posto Beta Max Ltda. firmou contrato que lhe foi apresentado pela distribuidora de combustível SETEX S/A. Pela cláusula 10ª do pactuado, havia a obrigatoriedade de o Auto Posto adquirir determinado quantitativo mensal de combustível pelo período de 15 anos. Pela cláusula 11ª, a SETEX S/A se obrigava a ceder em comodato, para o posto, todos os equipamentos operacionais necessários ao comércio de combustível, pelos mesmos 15 anos, além de realizar a cessão de uso de sua marca/insígnia. Por fim, havia ainda a cláusula 12ª, onde constava que qualquer tolerância quanto a eventuais infrações ao contrato não constituiria renúncia aos direitos conferidos às partes. O prazo regular do contrato foi cumprido. No seu término, o Auto Posto o denunciou, por falta de interesse de manter o ajuste. A SETEX, entretanto, pretende que lhe seja paga multa contratual prevista no parágrafo primeiro da cláusula 12ª, onde está consignado que qualquer infração ao contrato importaria, a critério da parte inocente, a imediata rescisão do ajuste e a imposição de multa compensatória. Alega a SETEX S/A, que, antes do término do contrato, o Auto Posto Beta Max Ltda, em várias ocasiões, havia adquirido quantidade menor de combustível que a constante do contrato celebrado.

Considerando que todos os fatos acima estão provados, analise o caso e indique a melhor solução do problema, utilizando todos os argumentos e fundamentos pertinentes, bem como caracterizando todos os elementos citados no enunciado de forma completa e correta.

(valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO



RASCUNHO



Questão nº 2

M., brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada no município X, propôs ação de prestação de contas, visando a obter esclarecimentos sobre os critérios utilizados no cálculo dos juros incidentes sobre as dívidas originárias do seu cartão de crédito, em face da empresa administradora de cartões de crédito JDO S/A, com sede no estado KW. O pedido foi julgado procedente *in totum*, condenado o réu nas custas e em honorários advocatícios em 10% do valor da dívida. Houve recurso provido, ao argumento de que, tendo as contas sido prestadas pelo correio e recebidas, careceria a autora de uma das condições da ação.

Considerando a situação exposta, analise e explique o caso abordando:

- o procedimento aplicado à pretensão autoral e sua aplicabilidade à hipótese apresentada;
- as características do recurso cabível;
- a identificação da condição da ação não caracterizada.

(valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO



RASCUNHO